

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESTADO DE S. PAULO Class.: PINR0180

Data 23/02/46 Pg.: _____

Funai diz por que ocultou incidente

ESP 13-276

Do correspondente em
SÃO LUIZ

Uma falha administrativa e as repercussões negativas que a divulgação do fato poderia trazer — como o desgaste da imagem do País no Exterior — foram os motivos apontados ontem pela delegacia regional e funcionários da Funai, em S. Luiz, para justificar a não divulgação do incidente ocorrido no dia 20 de janeiro passado, quando o fazendeiro Otávio Guimarães de Toledo Junior incendiou a aldeia Vereda Bonita, onde habitavam 43 índios timbiras. O caso foi abafado pela Funai e pelos órgãos de segurança até a última terça-feira, quando foi descoberto por jornalistas.

A falha apontada pela delegacia refere-se ao fato de a Polícia Federal não haver aberto um inquerito para apurar o incidente, apesar de ter ido ao local no dia seguinte ao ataque. Segundo o delegado substituto da Funai em São Luiz, Francisco Ferreira Furtado, isso se deveu ao fato de que nessa época estava se processando a troca do superintendente da Polícia Federal no Estado, o que teria originado a falha. "No entanto — garante

— isso já está sendo corrigido".

Enquanto Furtado fornecia essas declarações à imprensa, outros funcionários da delegacia regional alertavam para "as desagradáveis repercussões" que acontecimentos desse tipo podem oferecer, pois "ficou parecendo apenas que a Funai não cumpre suas obrigações e que o índio brasileiro está desprotegido".

Observaram ainda que "a repetição de tais fatos também é muito prejudicial à boa imagem do País no Exterior", onde, segundo os funcionários da Funai, "existem pessoas apenas esperando por uma oportunidade como essa para criticar a política indigenista do governo brasileiro".

Enquanto isso, visivelmente contrariado com a divulgação da notícia, o delegado Francisco Ferreira Furtado determinou que o chefe do posto dos Timbiras, José Pedro dos Santos, voltasse imediatamente para a área, para "apurar minuciosamente todos os acontecimentos e trazer um relatório completo, no máximo até a próxima segunda-feira".

Furtado disse também que ainda não recebeu instruções da presidência do órgão, em Brasília, sobre "o procedimento a ser adotado em relação ao caso".